



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Relatório de Votação na Especialidade

Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2018.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

ÍNDICE

| | |
|--|----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2. RECOLHA DE CONTRIBUTOS | 4 |
| 3. AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS..... | 4 |
| 4. VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE | 7 |



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª (GOV) – *Aprova o Orçamento do Estado para 2018*, votada e aprovada, na generalidade, em sessão plenária ocorrida a de 3 de novembro de 2017, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA) nesse mesmo dia, para apreciação e votação na especialidade.

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 12.º-F da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua redação atual), bem como do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República, a Proposta de Lei foi discutida em Plenário e votada em Comissão, em sede de especialidade.

Nos termos do estatuído no n.º 4 do artigo 168.º da Constituição da República Portuguesa, remeteram-se a Plenário os seguintes artigos: 61.º, 66.º, 67.º, 68.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 82.º, 84.º, 237.º e 244.º. Foram também remetidas a Plenário as propostas de alteração incidentes sobre estas normas.

O processo de apreciação e votação na especialidade da proposta de lei suprarreferida, em sede da Comissão, decorre de modo desmaterializado, com recurso à aplicação informática desenvolvida para esse efeito, da qual constam o articulado e mapas da proposta de lei, a legislação nela citada referente a diplomas a alterar, bem como as propostas de alteração apresentadas.

Deste modo, as propostas de alteração apresentadas pelos Senhores Deputados foram submetidas eletronicamente, tendo o seu registo, tratamento e ordenação para efeito de elaboração dos guiões de votações e dossiês de acompanhamento sido, igualmente, efetuado eletronicamente. A aplicação foi sendo atualizada com a informação relativa aos desenvolvimentos da votação na especialidade, guiões de votação (de articulado e mapas) e dossiês de acompanhamento e, naturalmente, os resultados das votações efetuadas. De igual modo, a substituição de propostas e a retirada das mesmas foi efetuada com recurso à aplicação informática.

Através de uma página internet específica referente ao Orçamento do Estado para 2018, a Comissão disponibilizou toda a informação do processo orçamental, vários documentos de trabalho, os pareceres das Comissões parlamentares permanentes e o

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

relatório final da COFMA, os pareceres emitidos por diversas entidades externas, bem como os documentos setoriais remetidos pelo Governo para efeitos das audições em sede de especialidade, no decorrer da apreciação da iniciativa. Foram, também, disponibilizados os guiões de votações e dossiês de acompanhamento.

2. RECOLHA DE CONTRIBUTOS

Nos termos legais e regimentais previstos, a Comissão solicitou a pronúncia da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Associação Nacional de Freguesias, do Conselho das Finanças Públicas, enquanto S. Exa. o Senhor Presidente da Assembleia da República solicitou o parecer dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas. Relativamente às Regiões Autónomas, e nos termos estatuídos por lei, foram igualmente remetidas aos respetivos órgãos de Governo próprios, através de correio eletrónico e/ou da aplicação informática, as propostas de alteração incidentes sobre disposições da sua esfera de competências e/ou interesse.

A Comissão solicitou, igualmente, o parecer do Conselho Económico e Social e da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Para os efeitos previstos na Lei em matéria de trabalhos preparatórios de legislação laboral, a Comissão deliberou, adicionalmente, solicitar a publicação da proposta de lei para efeitos de apreciação pública da proposta de lei, que decorreu entre 19 de outubro e 8 de novembro e no âmbito da qual foram recebidos diversos contributos.

Todos os pareceres e contributos recebidos foram publicitados na página da iniciativa.

3. AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS

No âmbito da apreciação, na especialidade da proposta de lei, e em conjunto com as Comissões parlamentares competentes em razão da matéria, a COFMA realizou um conjunto de audições com os membros do Governo, nos termos do n.º 1 do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República:

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

| Data | Entidades |
|------------|---|
| 2017-11-06 | <u>Ministro do Planeamento e das Infraestruturas;</u> <u>Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão;</u> <u>Secretário de Estado das Infraestruturas</u> |
| 2017-11-06 | <u>Ministro dos Negócios Estrangeiros;</u> <u>Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação;</u> |
| 2017-11-07 | <u>Ministro da Cultura;</u> <u>Secretária de Estado da Cultura</u> |
| 2017-11-07 | <u>Ministro da Administração Interna;</u> <u>Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna;</u> <u>Secretário de Estado da Proteção Civil</u> |
| 2017-11-08 | <u>Ministro do Ambiente;</u> <u>Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente;</u> <u>Secretário de Estado do Ambiente;</u> <u>Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza</u> <u>Secretária de Estado da Habitação</u> |
| 2017-11-08 | <u>Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa;</u> <u>Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros;</u> <u>Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa;</u> <u>Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade</u> |
| 2017-11-09 | <u>Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;</u> <u>Secretária de Estado da Segurança Social;</u> <u>Secretária de Estado das da Inclusão das Pessoas Com Deficiência;</u> <u>Secretário de Estado do Emprego</u> |
| 2017-11-10 | <u>Ministro da Defesa Nacional;</u> <u>Secretário de Estado da Defesa</u> |
| 2017-11-10 | <u>Ministra da Justiça;</u> <u>Secretária de Estado Adjunta e da Justiça;</u> <u>Secretária de Estado da Justiça</u> |
| 2017-11-13 | <u>Ministro da Saúde;</u> <u>Secretário de Estado Adjunto e da Saúde;</u> <u>Secretário de Estado da Saúde</u> |
| 2017-11-13 | <u>Ministro da Economia;</u> <u>Secretário de Estado Adjunto e do Comércio;</u> <u>Secretário de Estado da Indústria;</u> <u>Secretário do Estado do Turismo</u> <u>Secretário de Estado da Energia</u> |
| 2017-11-14 | <u>Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural;</u> <u>Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação;</u> <u>Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural</u> |
| 2017-11-14 | <u>Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;</u> <u>Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</u> |

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

| | |
|------------|--|
| 2017-11-15 | <u>Secretária de Estado Adjunta e da Educação;</u> <u>Secretário de Estado da Educação;</u> <u>Secretário de Estado da Juventude e Desporto</u> |
| 2017-11-15 | <u>Ministro dos Negócios Estrangeiros</u> <u>Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação</u> <u>Secretário de Estado das Comunidades</u> <u>Secretário de Estado da Internacionalização</u> |
| 2017-11-16 | <u>Ministro-Adjunto</u> |
| 2017-11-16 | <u>Ministro da Administração Interna</u> <u>Secretário de Estado das Autarquias Locais</u> |
| 2017-11-17 | <u>Ministro das Finanças;</u> <u>Secretário de Estado Adjunto e das Finanças;</u> <u>Secretário de Estado do Tesouro;</u> <u>Secretário de Estado do Orçamento;</u> <u>Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;</u> <u>Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público</u> |

Adicionalmente, a Comissão levou a cabo um conjunto de outras audições, no âmbito da apreciação da iniciativa:

| Data | Entidades |
|-------------|---|
| 2017-11-08 | <u>ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias</u> |
| 2017-11-09 | <u>Conselho das Finanças Públicas</u> |
| 2017-11-09 | <u>CES - Conselho Económico e Social</u> |
| 2017-11-15 | <u>ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses</u> |

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

A Comissão concedeu, também, audiências às entidades que o solicitaram:

| Data | Entidades |
|-------------|--|
| 2017-11-06 | <u>AICE - Associação dos Industriais da Construção de Edifícios</u> |
| 2017-11-09 | <u>CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal</u> |
| 2017-11-10 | <u>APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios</u> |
| 2017-11-10 | <u>Coca-Cola</u> |
| 2017-11-13 | <u>PROBEB - Associação Portuguesa das Bebidas Refrescantes Não Alcoólicas</u> |
| 2017-11-14 | <u>Investigadores FCT</u> |
| 2017-11-14 | <u>SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior</u> |
| 2017-11-15 | <u>CSP - Confederação dos Serviços de Portugal</u> |
| 2017-11-16 | <u>AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo</u> |

4. VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

As votações na especialidade ocorreram nas reuniões da Comissão dos dias 22, 23 e 24 de novembro (nas tardes subseqüentes à discussão na especialidade, em Plenário), tendo contado com a presença do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, do Senhor Secretário de Estado do Orçamento, da Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público e da Senhora Secretária de Estado da Segurança Social.

O registo de votações em Comissão é parte integrante deste relatório, sendo publicado na página internet do Orçamento do Estado para 2018, sendo o relatório disponibilizado na página da iniciativa.

Os Senhores Deputados Paulo Trigo Pereira e Fernando Anastácio (PS) apresentaram declarações de voto (em anexo).

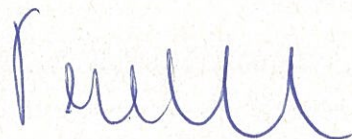
Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

No final de cada reunião de votações na especialidade, os Grupos Parlamentares procederam ao envio de requerimentos de avocação de artigos/propostas de alteração para votação em Plenário, tendo sido abrangidos os seguintes:

- Propostas 2, 22, 23, 24, 27, 57, 85, 88, 92, 96, 108, 109, 123, 125, 128, 194, 196, 206, 231, 287, 294, 297, 319, 323, 328, 329, 348, 352, 379, 387, 392, 409, 419, 453, 464, 475, 492, 500, 505, 512, 528, 534, 538, 607, 612;
- Artigo 4.º.

Assembleia da República, 12 de dezembro de 2017

A Presidente da Comissão



(Teresa Leal Coelho)

DECLARAÇÃO DE VOTO

O deputado signatário, eleito pelo Partido Socialista pelo círculo eleitoral de Faro (Algarve), tendo presente as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pelo PCO em que propunham o fim imediato do pagamento de portagens na Via do Infante (A 22) e na criação de uma contribuição extraordinária sobre o alojamento turístico nos concelhos do distrito de Faro as quais foram votadas em sede de especialidade, onde o sentido de voto do signatário é considerado no âmbito do grupo parlamentar que integra, sem prejuízo do signatário acompanhar o sentido de voto de grupo parlamentar do Partido Socialista, entende formular a presente declaração de voto.

Enquanto algarvio compreendo e sinto os constrangimentos gerados na economia do Algarve que resultam das portagens na Via do Infante.

Aliás, sinto-o como qualquer pessoa que viva, trabalhe ou se desloque no Algarve e, obviamente, que deseje uma Via do Infante sem portagens.

Mas também, enquanto algarvio e português, estou ciente dos atuais constrangimentos que se colocam às finanças públicas portuguesas.

Foi precisamente no equilíbrio entre estes sentimentos, necessidades e realidades, que o compromisso eleitoral, por mim assumido foi o de defender, nesta legislatura, a diminuição gradual do valor das portagens.

Tenho plena confiança que medidas que respondam a esta necessidade serão implementadas no Algarve onde os elevados custos das portagens, justificam medidas de discriminação positiva, para se prosseguir na melhoria da mobilidade, da segurança e da economia regional.

Ainda no que concerne à proposta do BE prevendo a criação de uma contribuição extraordinária sobre a receita do alojamento turístico e outros (AL e arrendamentos por curtos períodos) no Algarve (16 concelhos) para financiamento do custo das portagens a mesma é iniqua, lesiva das empresas, do emprego e da economia regional, particularmente para o sector do turismo, esteio da economia regional, criando uma desvantagem competitiva da região no quadro nacional e também de duvidosa constitucionalidade.

Assim e num quadro de responsabilidade, em consciência e em linha com o meu compromisso eleitoral sobre esta matéria, não posso, no atual contexto, acompanhar a posição expressa nas propostas do Bloco de Esquerda e do PCP pois as mesmas, no atual quadro macro - económico e de finanças públicas não são exequíveis, nem sustentáveis.

Lisboa, Palácio de São Bento, novembro março de 2017

Fernando Anastácio

Declarações de Voto referentes ao Guião do 1º dia do orçamento de Estado para 2018: Propostas 406C (BE), 100C (CDS), 280C (PS)

Integrando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumpro a disciplina de voto relativamente a matérias cruciais como seja o Orçamento do Estado. Importa, porém, assinalar algumas matérias em que, tendo votado de forma idêntica ao GPPS, necessitam a meu ver de uma fundamentação, ou que na inexistência dessa disciplina de voto votaria de forma diversa.

A ordem em que são apresentadas as declarações de voto, é a ordem de importância.

Proposta 406C (BE) – Esta proposta, que o GPPS votou contra, e que subscrevo essa orientação de voto, acabou por ser aprovada através de uma coligação negativa. Na minha opinião trata-se de uma **proposta inconstitucional** pois aprova alterações à Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n151/2015), que para além de ser uma Lei de Valor Reforçado, enquadra precisamente a elaboração do OE, estabelecendo que (artº4º) “O disposto na presente Lei prevalece sobre todas as normas que estabeleçam regimes orçamentais que a contrariem.” Acresce que se considerar a anterior Lei de enquadramento orçamental, que teve nove versões distintas, todas elas aprovadas por Lei da Assembleia da República com esse único objetivo.

Proposta 110C (CDS) – Esta proposta versa sobre o artigo 4º da PPL 100, sobre a utilização condicionada das dotações orçamentais, vulgo cativos, concretamente excepcionando de cativos um conjunto de instituições (ver ponto 11, do artº 4º). Entre as instituições que o Orçamento de Estado contemplam como dever ser excepcionadas constam as instituições de ensino superior e o Conselho de Finanças Públicas, por exemplo. O CDS propõe que se acrescente a **exceção de cativos para as entidades administrativas independentes**. Importa referir que as entidades reguladoras são entidades que, para o seu bom funcionamento e para minimizar a interferência do poder político, devem ter, e têm de acordo com a sua Lei Quadro um muito elevado grau de independência, tendo para além de autonomia administrativa e financeira e de gestão, (comum a outros fundos e serviços autónomos), independência orgânica funcional e técnica. Neste sentido votaria favoravelmente esta proposta, de forma distinta do GPPS.

Proposta 280C (PS) – Esta proposta do GPPS versa sobre o artigo 15º da PPL (transferência para fundações) e tem essencialmente dois pontos. Num em que excepciona também a Culturgest (como outras Fundações, e.g. a Arpad Szenes-Vieira da Silva, Fundação casa da Música, etc. dos limites às transferências impostas pelos números 1, 2 e 3 deste artigo. Este ponto merece a minha concordância.

Já não posso concordar que, **contrariamente às regras aplicáveis a todas as fundações do continente, os governos regionais das regiões autónomas**

possam realizar transferências para fundações regionais, mesmo dispensando os requisitos gerais de fundações situadas no continente. Na realidade por despacho dos membros das regiões autónomas é permitido, de acordo com esta proposta do GPPS, realizar transferências para fundações (presume-se regionais) sem que: i) sejam consideradas válidas à luz da Lei-Quadro das Fundações, (Lei 24/2012) e ii) tenham um parecer prévio da Inspeção-Geral das Finanças. Mais, estas fundações, podem receber transferências, mesmo que informações erradas ou incompletas sobre as mesmas tenham impossibilitado a respetiva avaliação ao abrigo da Lei-Quadro das Fundações.

O deputado do GPPS

Paulo Trigo Pereira

Declaração de Voto: Propostas Apreciadas no 2º dia da votação em especialidade. 24-11-2017

Propostas: 224C (PSD); 295C (PS); 553C (PCP), 558C (BE) Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT).

Sentido de voto:

As propostas acima referidas são praticamente idênticas. O PSD escreve “O Governo *cumpro* o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT)...); O PS opta por “O Governo *prosegue a execução* do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT”; o PCP prefere “O Governo *assegura a execução* do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira...”. Finalmente, o BE opta por “O Governo *executa* o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira...”

Como é sabido, apesar de semelhantes, as propostas de PS, BE e PCP foram aprovadas enquanto que a do PSD foi rejeitada.

Como já referi em anterior declaração de voto, em matéria de Orçamento de Estado sigo voluntariamente a disciplina de voto do GPPS que foi no sentido de votar favoravelmente as propostas de PS, BE e do PCP e contra a do PSD. Caso contrário teria votado contra todas estas propostas pois estas normas são normas programáticas que não têm implicações jurídicas concretas e não deviam constar do Orçamento de Estado.

Aspetos processuais e metodologia de votação:

A metodologia de votação destas propostas, e de outras semelhantes, na votação na especialidade, foi a de seguir a ordem do guião apresentado pelos serviços, que seguiu a ordem em que as propostas aparecem no articulado. Isto significou que elas foram votadas de acordo com a forma como os partidos políticos posicionaram as suas propostas no articulado do Orçamento de Estado. Esta metodologia de votação tem efeitos processuais injustos e perversos pois basicamente dá prioridade a quem coloca as propostas mais acima no articulado, para que seja o primeiro a ser votado, mesmo que o partido tenha sido o último a apresentar a proposta. Adicionalmente, cria incentivos incorretos de eventualmente atrasarem a apresentação das propostas para usarem este expediente.








Para introduzir celeridade e racionalidade no processo de votação é necessário repensar estes procedimentos, nomeadamente ponderando a possibilidade (com melhoramento da plataforma informática) de agrupamento das propostas muito similares, como estas, e dar-lhe uma ordem de votação sequencial com a ordem de entradas das propostas.

O deputado do GPPS





Paulo Trigo Pereira

ANEXO

Propostas Aprovadas RA Açores:

| | | Número | Data | Objeto | Incide | Tipo | Proponentes | Estado |
|--------------------------|---|--------|------------------|--|------------|-------------------------|-------------|---|
| <input type="checkbox"/> |  | 558C | 2017-11-17 20:46 | Novo Artigo 156.º-A (Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira e ... | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | BE | Aprovado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 553C | 2017-11-17 20:45 | Novo Artigo 155.º-A (Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PCP | Aprovado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 493C | 2017-11-17 20:29 | Novo Artigo 156.º-B (Novo Estabelecimento Prisional de São Miguel) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | BE | Aprovado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 383C | 2017-11-17 19:36 | Novo Artigo 148.º-B (Alteração ao Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de Agosto) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | BE | Aprovado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 295C | 2017-11-17 18:30 | Novo Artigo 156.º-A (Plano de revitalização Económica da Ilha Terceira) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PS | Aprovado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 286C | 2017-11-17 18:20 | Novo Artigo 59.º-A (Auxílios no âmbito do Fundo Ambiental na Ilha Terceira) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PS | Aprovado(a) por Unanimidade em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 280C-1 | 2017-11-17 18:15 | Alínea j), N.º 4, Artigo 15.º | Articulado | Eliminação | PS | Aprovado(a) em Comissão |

Propostas Rejeitadas RA Açores:

| | | Número | Data | Objeto | Incide | Tipo | Proponentes | Estado |
|--------------------------|---|--------|------------------|---|------------|--------------------------------|--|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> |  | 555C | 2017-11-17 20:45 | N.º 16, Artigo 19.º | Articulado | Aditamento (Números e Alíneas) | BE | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 289C | 2017-11-17 18:22 | Novo Artigo 60.º-B (Norma suspensiva da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de ... | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 244C | 2017-11-17 15:20 | Novo Artigo 161.º-C (Programa Especial de Apoio ao regresso de emigrantes) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PSD | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 224C | 2017-11-17 13:34 | Novo Artigo 156.º-D (Descontaminação dos Solos e Aquíferos no Concelho da ... | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PSD | Rejeitado(a) em Comissão |

| | | | | | | | | |
|--------------------------|---|--------|------------------|---|------------|--------------------------------|--|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> |  | 222C | 2017-11-17 13:32 | Novo Artigo 156.º-C (Centro Tutelar Educativo dos Açores) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PSD | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 221C | 2017-11-17 13:30 | Novo Artigo 156.º-B (Cadeia de Apoio da Horta) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PSD | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 220C | 2017-11-17 13:28 | Novo Artigo 156.º-A (Novo Estabelecimento Prisional de São Miguel) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PSD | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 207C | 2017-11-17 12:33 | Novo Artigo 48.º - A (Publicitação de situações) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PSD | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 179C | 2017-11-17 10:27 | Novo Artigo 168.º-A (Reabilitação do estabelecimento prisional da Horta) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | CDS-PP | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 177C | 2017-11-17 10:23 | Novo Artigo 161.º-B (Investimento no novo estabelecimento prisional de Ponta ...) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | CDS-PP | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 175C | 2017-11-17 10:15 | Novo Artigo 148.º-A (Alargamento do «passe sub23@superior.tp» aos estudantes ...) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | CDS-PP | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 171C | 2017-11-17 10:07 | Novo Artigo 161.º-C (Verba para descontaminação da ilha Terceira) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | CDS-PP | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 170C | 2017-11-17 10:06 | Novo Artigo 156.º-A (Radar meteorológico na Serra de Santa Bárbara na ilha ...) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | CDS-PP | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 161C | 2017-11-16 21:49 | Verba 1.11, Lista I anexa ao Código do IVA | Articulado | Emenda | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 159C-1 | 2017-11-16 21:42 | Novo Artigo 161.º-A (Alteração ao Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 158C | 2017-11-16 21:38 | Novo Artigo 35.º-A (Especificidades das instituições de ensino superior ...) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 157C | 2017-11-16 21:30 | N.º 6, Artigo 186.º | Articulado | Aditamento (Números e Alíneas) | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 155C | 2017-11-16 21:22 | Novo Artigo 137.º-A (Retenção das contribuições para Segurança Social, CGA e ...) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA | Rejeitado(a) em Comissão |

| | | | | | | | | |
|--------------------------|---|--------|------------------|---|------------|-------------------------|--|--------------------------|
| | | | | | | | MADRUGA DA COSTA | |
| <input type="checkbox"/> |  | 153C | 2017-11-16 21:17 | N.º 6, Artigo 184.º | Articulado | Emenda | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 152C | 2017-11-16 21:13 | Novo Artigo 149.º-A (Revisão do regime de atribuição do subsídio social de ... | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 151C | 2017-11-16 21:08 | Alínea a), Alínea b), Alínea c), N.º 1, Artigo 133.º | Articulado | Emenda | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 150C | 2017-11-16 21:05 | Artigo 137.º | Articulado | Emenda | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 149C-1 | 2017-11-16 21:03 | Novo Artigo 164.º-A (Aditamento ao Código do Imposto sobre o Rendimento das ... | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 146C | 2017-11-16 20:48 | Novo Artigo 162.º-A (Plano de entrega da receita da sobretaxa de IRS) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 140C | 2017-11-16 20:37 | Novo Artigo 60.º-D (Comparticipação nacional nos sistemas comunitários de ... | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PAULO NEVES, RUBINA BERARDO, SARA MADRUGA DA COSTA | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 70C | 2017-11-16 13:03 | Novo Artigo 148.º-B (Título de transporte - passe sub 23) | Articulado | Aditamento (Artigo PPL) | PEV | Rejeitado(a) em Comissão |
| <input type="checkbox"/> |  | 40C | 2017-11-14 17:51 | N.º 1, Artigo 139.º | Articulado | Emenda | PCP | Rejeitado(a) em Comissão |

Declaração de Voto: Proposta 88C do CDS.

A disciplina de voto em matérias como o Orçamento de Estado, foi um compromisso ético que voluntariamente assumi ao decidir integrar, como independente, as listas do Partido Socialista às eleições legislativas. Em matérias cruciais como Orçamentos de Estado, Moções de Censura e de Confiança, e outras, a exigência de governabilidade e de eficácia da ação política parlamentar justifica plenamente a existência dessa disciplina de voto. Já em relação a outras matérias considero meu dever como deputado votar em consciência, tendo obviamente em consideração o sentido de voto sugerido pelo GPPS e a argumentação que a fundamenta. Estamos, no caso da proposta em apreço, em sede de propostas de Orçamento de Estado.

A proposta de Aditamento do CDS-PP 88C sobre a dotação orçamental do Programa Porta 65- Jovem é, na sua redação, muito semelhante à Proposta 279C da autoria do Partido Socialista. Em ambas, se reforça a Porta 65 Jovem em 18 milhões de euros, em ambas se identifica-se a origem da verba no Cap. 60 do Ministério das Finanças. A proposta do CDS-PP nem sequer tem um preâmbulo de natureza política que, não integrando (em caso de aprovação) a proposta do Orçamento de Estado, poderia considerar-se criticável e fizesse um enquadramento injustificado da proposta.

Pelo exposto torna-se difícil compreender uma votação em sentido contrário de propostas com o mesmo conteúdo.

O deputado do GPPS,

Paulo Trigo Pereira